

CENTRO UNIVERSITÁRIO SAGRADO CORAÇÃO

YNGRID SUELEN APARECIDA DA SILVA

**Alfabetização e letramento digital na educação de jovens e
adultos como condição para a inclusão social**

Bauru – SP

2022

Monografia de Iniciação Científica elaborada pela aluna Yngrid Suelen Aparecida da Silva apresentada à Pró-Reitoria Acadêmica do Centro Universitário Sagrado Coração - Unisagrado, Bauru/SP, sob a orientação da Profa. Dra. Selma Ferreira de Oliveira Ribeiro.

Bauru – SP

2022

Agradecimentos

Agradeço primeiramente a Deus pela força dada para eu concluir esse estudo, a mim por não ter desistido mesmo com as dificuldades encontradas no percurso.

Agradeço imensamente o apoio dos meus amigos e familiares, principalmente da minha sogra Clarice, que sempre esteve ao meu lado, e ao meu companheiro Washington por me incentivar a voltar e dar continuidade aos estudos.

Gratidão às minhas parceiras de faculdade Debora e Kemilly e a minha amiga irmã Ana Carolina, que desde o começo sempre me ajudou com a pesquisa.

Por último e não menos importante as minhas maravilhosas professoras Angélica, que sempre me apoiou e vibrou por mim e a digníssima professora Selma, minha querida orientadora, que provocou em mim o interesse por um tema que eu tanto amo, e com todas as dificuldades não desistiu de mim, me auxiliou e me orientou da melhor maneira possível.

Obrigada a todos por estarem comigo.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com
ISBD

S586a

Silva, Yngrid Suelen Aparecida da

Alfabetização e letramento digital na educação de jovens e adultos como condição para a inclusão social / Yngrid Suelen Aparecida da Silva. -- 2022.

35f. : il.

Orientadora: Prof.^a Dra. Selma Ferreira De Oliveira Ribeiro

Monografia (Iniciação Científica em Iniciação Científica) - Centro Universitário Sagrado Coração - UNISAGRADO - Bauru - SP

1. Alfabetização e letramento. 2. Educação de Jovens e Adultos. 3. Letramento digital. 4. Inclusão social. I. Ribeiro, Selma Ferreira de Oliveira. II. Título.

Sumário

Resumo.....	1
Abstract	2
1. Introdução.....	1
1.1 Objetivo(s).....	3
2. Referencial teórico	3
2.1 Contextualização histórica e legal da Educação de Jovens e Adultos no Brasil.....	4
2.2 A Educação de Jovens e Adultos na atualidade	8
3. Letramento digital e inclusão social na Educação de Jovens e Adultos.....	15
4. Materiais, métodos e análises.....	21
4.1. Categorias de análise	23
5. Resultados	30
6. Discussão dos resultados	31
Considerações Finais	33
Referências.....	34

Resumo

Este estudo busca apresentar uma investigação sobre a importância do letramento digital como condição para a inclusão social do aluno jovem e adulto, articulando aos conceitos de Paulo Freire sobre liberdade, autonomia e cultura. Os objetivos específicos do estudo consistiram em investigar as possibilidades de inclusão social por meio do letramento digital e inclusão social, investigar a exclusão da cultura digital de jovens e adultos em razão do analfabetismo, conceber a tecnologia como um recurso de linguagem, disseminador de culturas e compreender o papel da escola no processo de inserção do aluno jovem e adulto na cultura digital. Neste estudo concebe-se que alfabetizar e letrar jovens e adultos é um propósito excelente, porém não é suficiente para as demandas da sociedade atual pois, ainda que sejam alfabetizados e letrados, os alunos jovens e adultos permaneceriam excluídos do processo de letramento digital, comprometendo a atuação para a cidadania. Trata-se de um estudo teórico-conceitual, de caráter qualitativo, realizado por meio da pesquisa bibliográfica, a partir da leitura de livros e artigos que abordam a temática. A análise dos dados bibliográficos foi realizada a partir do método materialista histórico-dialético para discutir os aspectos contraditórios da formação ofertada na educação de jovens e adultos e os conhecimentos exigidos socialmente. O estudo permitiu chegar ao resultado de que a falta de acesso ao conhecimento e funcionamento da tecnologia no contexto escolar não é aleatória, uma vez que reflete a cultura disseminada socialmente de que nem todos precisam ter as mesmas oportunidades de formação, compactuando com a perpetuação da exploração da classe trabalhadora e marginalização de uma parte da população para promoção da competitividade entre os sujeitos e manter os anseios do capitalismo em fazer o mínimo e obter o máximo de retorno dos sujeitos em forma de lucro.

Palavras-chave: Alfabetização e letramento; Educação de Jovens e Adultos; Letramento digital; Inclusão social.

Abstract

This study aims to present an investigation about the importance of digital literacy as a condition for the social inclusion of the young adult student, articulating the concepts of Paulo Freire about freedom, autonomy, and culture. The specific objectives of the study were to investigate the possibilities of social inclusion through digital literacy and social inclusion, to investigate the exclusion of young people and adults from the digital culture due to illiteracy, to conceive technology as a language resource that disseminates culture, and to understand the role of the school in the process of insertion of the young adult student in the digital culture. In this study we conceive that literacy and literacy among young people and adults is an excellent purpose, but it is not enough for the demands of today's society, because, even if they are literate and literate, young and adult students would remain excluded from the digital literacy process, compromising their performance for citizenship. This is a theoretical and conceptual study, of qualitative nature, carried out through bibliographic research, from the reading of books and articles that address the theme. The analysis is based on the historical-dialectical materialist method to discuss the contradictory aspects of the training offered in youth and adult education and the socially demanded knowledge. The study allowed us to reach the result that the lack of access to knowledge and operation of technology in the school context is not random, since it reflects the socially disseminated culture that not everyone needs to have the same training opportunities, which contributes to the perpetuation of the exploitation of the working class and marginalization of part of the population to promote competitiveness between subjects and maintain the desires of capitalism to do the minimum and get the maximum return from the subjects in the form of profit.

Keywords: Literacy and Literacy; Youth and Adult Education; Digital Literacy; Social Inclusion.

1. Introdução

O presente estudo compartilha as ações desenvolvidas no contexto da Iniciação Científica realizado sobre a temática Alfabetização e Letramento Digital na educação de jovens e adultos como condição para a inclusão social.

A problemática que instigou a investigação consiste na seguinte indagação: qual é a importância da alfabetização e letramento digital na educação de jovens e adultos e sua relação com o processo de inclusão social? O questionamento está inserido na percepção de letramento digital como condição para a “leitura de mundo” (FREIRE, 1989), uma leitura crítica que excede a compreensão da leitura de códigos em si, e além de despertar no sujeito o pensamento computacional, trabalha a consciência do funcionamento da sociedade, seu papel social e as necessidades de transformação.

Vivemos em um mundo cercado constantemente por letras, palavras e informações, constituindo assim um vasto universo de comunicação. Junto aos processos de comunicação estão inseridos os recursos tecnológicos, cada dia mais presentes na sociedade e que evoluem numa sagaz velocidade que não é acompanhada por todos, gerando a marginalização no acesso à tecnologia e levando a exclusão social.

É relevante investigar a importância da disseminação da cultura digital a todos os cidadãos, inclusive aos que estão em busca de recuperar a formação escolar, como os alunos da modalidade de Educação de Jovens e Adultos, tendo em vista que tais conhecimentos são necessários para o exercício da autonomia na sociedade contemporânea. A falta de formação tecnológica gera mal-estar ao jovem ou adulto, limitações na vida pessoal e profissional, obstrução do acesso a direitos sociais solicitados por meio de ferramentas tecnológicas entre outros.

Mesmo sabendo da relevância do acesso aos conhecimentos da cultura digital é fundamental analisar que a atual estrutura social, pautada no modelo neoliberal de organização do Estado é promotora da marginalização dos sujeitos, uma vez que adota princípios de competitividade, meritocracia, que preza pelo esforço individual do sujeito, em uma sociedade em que são pré-

definidos os que serão favorecidos ou não. Faz parte do propósito neoliberal manter pessoas marginalizadas para estimular a produtividade dos indivíduos incluídos, sob a ameaça de substituição de um trabalhador por outro e manutenção do sistema de exploração do trabalhador “[...] os movimentos gerais dos salários se regulam exclusivamente pela extensão e contração do exército industrial de reserva, correspondentes às mudanças periódicas do ciclo industrial” (MARX, 1984, p.739). No sistema de produção capitalista os marginalizados não são um erro, eles fazem parte da estratégia e compõem o exército de reservas.

Há contrastes na aparente igualdade de oportunidades de acesso à formação educacional, mesmo dentro da estrutura escolar, que pode assumir diferentes papéis atuando “na conformação da sociedade evitando sua desagregação” e, ainda, “reforçar a dominação e legitimar a marginalização”. (SAVIANI, 1999, p.16).

O acesso a escolarização é um grandioso passo na busca pela inclusão social dos sujeitos, mas torna-se insuficiente quando adota o viés de formação minimalista. É importante pensar na transformação das instituições educacionais de modo a superar as pactuações de princípio de cultura dominante sob os dominados.

Em tempos em que vem sendo discutido o uso da inteligência artificial nos processos educativos e discute-se, também, interações humanas em mundos virtuais por meio do *Metaverso*, deparamo-nos com uma realidade brasileira em que há mais de um século estabelece em leis nacionais a busca pela erradicação do analfabetismo, porém no Brasil há milhões de pessoas sem ter o domínio da leitura e escrita, um disparate que representa o quão excludente são as políticas de acesso à tecnologia e o quanto a desigualdade no acesso ao conhecimento afeta e marginaliza as pessoas, tendo em vista que a falta de alguns conhecimentos gera uma atuação social limitada. Constata-se que alguns desafios educacionais primários como a democratização do acesso e condições mínimas para usufruir do direito da formação educacional básica perduram.

Neste estudo defende-se a democratização do conhecimento da tecnologia mediado pela formação escolar para que o sujeito possa exercer a

cidadania, conhecer seus direitos e deveres e fazer uso deles para não persistir o impeditivo à acessos de benefícios que lhes são de direitos pela falta de conhecimento tecnológico.

Compactuamos com Freire (1987, p.141) ao definir que uma educação libertadora é a que possibilita que “os homens se sintam sujeitos de seu pensar, discutindo o seu pensar, sua própria visão do mundo”, sendo o acesso ao conhecimento uma forma de humanização do sujeito.

1.1 Objetivo(s)

O objetivo geral deste estudo é:

- Abordar os conhecimentos sobre tecnologia como imprescindíveis para a inclusão social de alunos da Educação de Jovens e Adultos;

Os objetivos específicos consistem em:

- Investigar as possibilidades de inclusão social por meio do letramento digital e inclusão social.
- Investigar a exclusão da cultura digital de jovens e adultos em razão do analfabetismo.
- Conceber a tecnologia como um recurso de linguagem, disseminador de culturas.
- Compreender o papel da escola no processo de inserção do aluno jovem e adulto na cultura digital.

2. Referencial teórico

Para a contextualização da pesquisa foi realizado o levantamento bibliográfico sobre os estudos que abordavam a temática da Educação de Jovens e Adultos relacionado ao letramento digital.

Em uma primeira etapa foram resgatados alguns marcos históricos da Educação de Jovens e Adultos no Brasil, sem a pretensão de realizar um estudo histórico mais profundo, mas oferecer subsídios para a compreensão de alguns

cenários atuais. Posteriormente buscamos os delineamentos de proposições políticas rasas e lacunas na proposição de políticas educacionais que promovessem a dignidade plena ao sujeito para o exercício da cidadania. No percurso foram eleitas as seguintes categorias para análise: marginalização em Saviani (1999), autonomia e liberdade em Freire (2013) e emancipação em Adorno (1995).

2.1 Contextualização histórica e legal da Educação de Jovens e Adultos no Brasil

A história da Educação de Jovens e Adultos esteve permeada por diversas finalidades, que nem sempre estavam relacionadas ao interesse prioritário pela formação educacional do sujeito, mas na contribuição que esse conhecimento traria a interesses de outras pessoas e instituições.

Durante o resgate histórico da Educação de Jovens e Adultos foi possível conhecer a origem da construção da cultura enviesada na formação de indivíduos jovens e adultos ao longo da história.

Com a chegada dos portugueses ao Brasil no Período Colonial a formação de jovens e adultos esteve atrelada ao interesse de evangelização católica pelos jesuítas em um momento histórico que o protestantismo se alastrava mundialmente.

Além de difundir o evangelho, tais educadores transmitiam normas de comportamento e ensinavam os ofícios necessários ao funcionamento da economia colonial, inicialmente aos indígenas e, posteriormente, aos escravos negros. (HADDAD; DI PIERRO, 2000, p. 109)

Naquela época existia o interesse em alfabetizar os sujeitos para que tivessem conhecimentos mínimos para o exercício de trabalhos básicos, sem remuneração, além de incutir neles a fé católica. O acesso a formação educacional não era para todos. Por muitos anos permaneceu o modelo de formação voltado para a exploração da mão de obra e para a formação cristã.

A primeira Constituição do Brasil, de 1824, fazia referência a instrução primária e gratuita para todos os cidadãos, mas na prática pouco era feito

restringindo-se a uma “intenção legal” (HADDAD; DI PIERRO, 2000, p.109). A legislação brasileira continha boas intenções nos documentos legais e muita dificuldade para efetivar essas determinações.

Na Constituição de 1891, na Primeira República, foram instituídos alguns direitos como o direito de votar, mas nem todos poderiam exercer esse direito. A Constituição propunha a descentralização do ensino para as províncias e municípios, e no texto da lei constava “a exclusão dos adultos analfabetos da participação pelo voto”, ou seja, a falta do conhecimento da cultura letrada sendo impeditiva do exercício da cidadania. (HADDAD; DI PIERRO, 2000, p.110)

No início do século XX com a expansão gradativa do número de escolas, houve a exigência de políticas públicas para a educação de jovens e adultos diante da necessidade de formação para atuação nas indústrias (HADDAD; DI PIERRO, 2000, p.110). Alguns programas pontuais foram desenvolvidos pelo Governo com o objetivo de alcançar jovens e adultos sem escolarização.

Com a Constituição de 1934, no artigo 150, ao Estado foi atribuída a responsabilidade de garantir o ensino gratuito e integral a todos inclusive aos adultos. Na década de 40 o país começou a realizar campanhas para o ensino.

Nos aspectos educacionais, a nova Constituição propôs um Plano Nacional de Educação, fixado, coordenado e fiscalizado pelo governo federal, determinando de maneira clara as esferas de competência da União, dos estados e municípios em matéria educacional: vinculou constitucionalmente uma receita para a manutenção e o desenvolvimento do ensino; reafirmou o direito de todos e o dever do Estado para com a educação; estabeleceu uma série de medidas que vieram confirmar este movimento de entregar e cobrar do setor público a responsabilidade pela manutenção e pelo desenvolvimento da educação. (HADDAD; DI PIERRO, 2000, p. 110)

Tais medidas denotam um avanço relevante, especialmente quando é definida a receita para as ações no contexto da Educação de Jovens e Adultos.

Em 1947 foi proposto o Serviço de Educação de Adultos (SEA), serviço especial do Departamento Nacional de Educação do Ministério da Educação e Saúde, com o SEA buscava-se a reorientação e coordenação do ensino supletivo para adolescentes e adultos analfabetos. (HADDAD; DI PIERRO, 2000)

Uma nova tentativa de ampliar o acesso ao conhecimento ocorreu em 1958 com a Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo, mas foi uma

campanha que perdurou pouco e por ser campanha não teve continuidade. Almeida (2006, p. 62) aponta que no contexto da Educação de Jovens e Adultos “as transformações sociais mais amplas não decorrem de campanhas [...]”, mas de mudanças no modo como a proposição educacional é pensada e estruturada.

Segundo Haddad e Di Pierro (2000, p.113) o período de 1959 até 1964 foi intenso para políticas de Educação de Jovens e Adultos. Entre as políticas propostas estão o:

"Movimento de Educação de Base, da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, estabelecido em 1961, com o patrocínio do governo federal; o Movimento de Cultura Popular do Recife, a partir de 1961; os Centros Populares de Cultura, órgãos culturais da UNE; a Campanha De Pé no Chão Também se Aprende a Ler, da Secretaria Municipal de Educação de Natal; o Movimento de Cultura Popular do Recife; e, finalmente, em 1964, o Programa Nacional de Alfabetização do Ministério da Educação e Cultura".

Com o governo Militar a educação de jovens e adultos sofreu algumas mudanças. Neste período foi lançado o Programa MOBRAL (Movimento Brasileiro de Alfabetização), que apresentava como característica, uma formação mais tecnicista, uma campanha voltada para o público em massa.

[...] Passou a se configurar como um programa que, por um lado, atendesse aos objetivos de dar uma resposta aos marginalizados do sistema escolar e, por outro, atendesse aos objetivos políticos dos governos militares. (HADDAD; DI PIERRO, 2000, p. 114)

O MOBRAL foi implantado com três características: o paralelismo em relação aos demais programas de educação, as comissões espalhadas por todo o país, onde recrutavam pessoas analfabetas para estudar em salas de aula com professores e monitores que faziam parte do novo governo e grupos de pessoas voluntárias. A terceira característica foi a concentração de como seria o novo processo de educação, a nova gerência do MOBRAL, na perspectiva de um novo sistema educativo. Foram desenvolvidos materiais didáticos distribuídos nacionalmente (HADDAD,2000, p.115).

O MOBRAL foi um programa bastante criticado por sua metodologia, classificada como uma técnica mecanicista, que não olhava as especificidades no modo como os alunos aprendem e foi substituído pelo ensino supletivo, que era integrado ao sistema de ensino regular, onde o intuito era que o estudante

recuperasse o que foi perdido no sistema anterior, com um novo sistema de ensino reformulado.

[...] o Ensino Supletivo se propunha a recuperar o atraso, reciclar o presente, formando uma mão-de-obra que contribuísse no esforço para o desenvolvimento nacional, através de um novo modelo de escola. (HADDAD; DI PIERRO, 2000, p.117).

Por muito tempo a oferta do ensino supletivo perdurou no Brasil, uma proposta de ensino e aprendizagem resumida para sujeitos que passavam a compreender a necessidade de ampliação dos conhecimentos a fim de obter novas oportunidades para interação na sociedade atual.

No ano 2000 foram estabelecidas as Diretrizes Curriculares para a Educação de Jovens e Adultos por meio do Parecer CNE/CEB 11/2000 (BRASIL, 2000, p.6). No Parecer foram descritas algumas percepções sobre as funções da Educação de Jovens e Adultos nos diversos tempos e espaços, sendo as funções reparadora, equalizadora e qualificadora.

A Educação de Jovens e Adultos foi entendida como uma contrapartida para reparar uma “dívida inscrita em nossa história social e na vida de tantos indivíduos” (BRASIL, 2000, p.6) e essa função reparadora está relacionada ao acesso e a igualdade de direitos dos seres humanos.

A Educação de Jovens e Adultos tem, entre outros propósitos, a função equalizadora, a fim de adequar a “correlação idade/ano escolar em seu itinerário educacional” (BRASIL, 2000, p.8). Por diversos fatores sociais, econômicos ou outros, o indivíduo pode não ter tido o acesso a escolaridade ou ter evadido, sendo a Educação de Jovens e Adultos uma oportunidade para equalizar as oportunidades por meio da formação educacional, ou seja, minimizar a desigualdade entre os sujeitos que detém os conhecimentos e os que estão por construí-los ou se apropriar deles.

No Parecer CNE/CEB 11/2000 (BRASIL, 2000, p.10) é mencionado a função permanente da EJA que pode se chamar de qualificadora, que se constitui o próprio sentido da Educação de Jovens e Adultos e é capaz de propiciar a todos a atualização de conhecimentos por toda a vida para atuação na sociedade.

No que diz respeito as políticas para a educação de jovens e adultos é possível afirmar que houve avanços, sendo o maior deles a integração dessa formação ao ensino regular.

2.2 A Educação de Jovens e Adultos na atualidade

A Educação de Jovens e Adultos é uma modalidade de oferta educacional da educação básica. Ela é subdividida em etapas de formação como anos iniciais do ensino fundamental, anos finais de ensino fundamental e ensino médio.

A Educação de Jovens e Adultos está estabelecida na Constituição da República Federativa do Brasil (BRASIL, 1988), que estabelece no art. 208, a oferta educacional do seguinte modo:

I—educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria;

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n. 9394/96 reafirma o que está contido na Constituição Federal e traz regulamentações ao estabelecer que:

Art. 37. A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos nos ensinos fundamental e médio na idade própria e constituirá instrumento para a educação e a aprendizagem ao longo da vida.

No parágrafo 1º do artigo 37, foi determinado que a oferta educacional para modalidade de Educação de Jovens e Adultos deve ser gratuita e de acordo com o perfil dos estudantes desta etapa de formação, considerando as suas experiências advindas das vivências pessoais e profissionais.

Ainda no artigo 37 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96 (BRASIL, 1996) está determinado que o Poder Público é responsável não apenas por ofertar a oportunidade de estudo, mas também, prover ações para a permanência dos estudantes e articular a formação com a educação profissional.

A oferta da Educação de Jovens e Adultos está organizada do seguinte modo: os anos iniciais do Ensino Fundamental é de responsabilidade dos municípios e os anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio ficam a cargo do governo estadual, sendo que em regiões que possuem baixa arrecadação pode haver a complementação dos recursos da União ou o suporte por meio de campanhas específicas.

A oferta de formação na modalidade de Educação de Jovens e Adultos pode ser tanto presencial como a distância, sendo que a oferta na modalidade a distância fica restrita aos anos finais do Ensino Fundamental e ao Ensino Médio.

A Base Nacional Comum Curricular – BNCC (BRASIL, 2018) é a referência do currículo para todas as modalidades de oferta da Educação Básica, quer seja a oferta regular no contexto urbano, a oferta da educação rural, da educação indígena, da educação quilombola e, incluindo a Educação de Jovens e Adultos.

A Base Nacional Comum Curricular – BNCC (BRASIL, 2018) é estabelecida genericamente como uma base para todas as modalidades de oferta educacional, contudo é importante ressaltar que cada modalidade tem a sua especificidade, que pode e deve ser ampliada a fim de promover a formação educacional que contemple as demandas sociais, políticas e econômicas de determinados grupos sociais.

Ao longo do Ensino Fundamental – Anos Iniciais, a progressão do conhecimento ocorre pela consolidação das aprendizagens anteriores e pela ampliação das práticas de linguagem e da experiência estética e intercultural das crianças, considerando tanto seus interesses e suas expectativas quanto o que ainda precisam aprender. Ampliam-se a autonomia intelectual, a compreensão de normas e os interesses pela vida social, o que lhes possibilita lidar com sistemas mais amplos, que dizem respeito às relações dos sujeitos entre si, com a natureza, com a história, com a cultura, com as tecnologias e com o ambiente. (BRASIL, 2018, p.59)

Embora a Base Nacional Comum Curricular – BNCC (BRASIL, 2018) aborde a questão da tecnologia nos anos iniciais do Ensino Fundamental, essa temática será aprofundada somente nos anos finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio, o que é compreensível na perspectiva de privilegiar outras

vivências para o desenvolvimento infantil, no entanto, quando nos referimos a Educação de Jovens e Adultos, prorrogar as aprendizagens relacionadas aos usos da tecnologia é não ter a segurança de que o estudante da modalidade de Educação de Jovens e Adultos prosseguirá nas próximas etapas de estudo e, caso isso não ocorra, esse sujeito permanecerá marginalizado em relação aos conhecimentos tecnológicos.

A Base Nacional Comum Curricular – BNCC (BRASIL, 2018) destaca que as

[...] experiências das crianças em seu contexto familiar, social e cultural, suas memórias, seu pertencimento a um grupo e sua interação com as mais diversas tecnologias de informação e comunicação são fontes que estimulam sua curiosidade e a formulação de perguntas.

Esse é um fluxo natural para o desenvolvimento infantil, mas que nem sempre se reflete no comportamento do aluno da Educação de Jovens e Adultos, que pode apresentar resistência ao uso de recursos tecnológicos ou não ter tantas interações com a tecnologia.

A própria Base Nacional Comum Curricular – BNCC (BRASIL, 2018) traz indicativos de como fazer uso da tecnologia e, embora não seja uma indicação específica para a Educação de Jovens e Adultos, apresenta a proposta de uso integrado às necessidades e vivências dos sujeitos

[...] fazer uso de tecnologias de informação e comunicação, possibilita aos alunos ampliar sua compreensão de si mesmos, do mundo natural e social, das relações dos seres humanos entre si e com a natureza.” (BRASIL, 2018).

Neste estudo concebe-se que o acesso ao conhecimento tecnológico não deve estar circunscrito na vontade do professor, mas deve estar envolto na composição curricular e, em relação ao currículo da Educação de Jovens e Adultos, a tecnologia deve ser item obrigatório, e não pode estar disposta de modo aleatório ou genérico.

Para além dos documentos legais, o propósito de incluir o estudante da Educação de Jovens e Adultos no contexto das tecnologias certamente esbarrará no acesso aos recursos tecnológicos, que têm custos expressivos e, nem sempre os recursos que a escola dispõe recebe as manutenções e atualizações adequadas, mas é importante destacar que não é possível inserir o sujeito no mundo tecnológico sem que este interaja com as ferramentas digitais.

Outro problema que antecede ao letramento digital é a questão do analfabetismo no Brasil. Pensar o letramento digital, sem alinhá-lo ao letramento no processo de alfabetização do sujeito é não ter a dimensão dos reais problemas educacionais brasileiros.

Desde o início do século passado a superação do analfabetismo é estabelecida como meta nos Planos Nacionais da Educação brasileira e, embora tenha se constituído como meta, segundo o IBGE (2020) ainda há 11 milhões de pessoas analfabetas no Brasil, que não dominam a cultura letrada e vivem marginalizadas na sociedade do conhecimento.

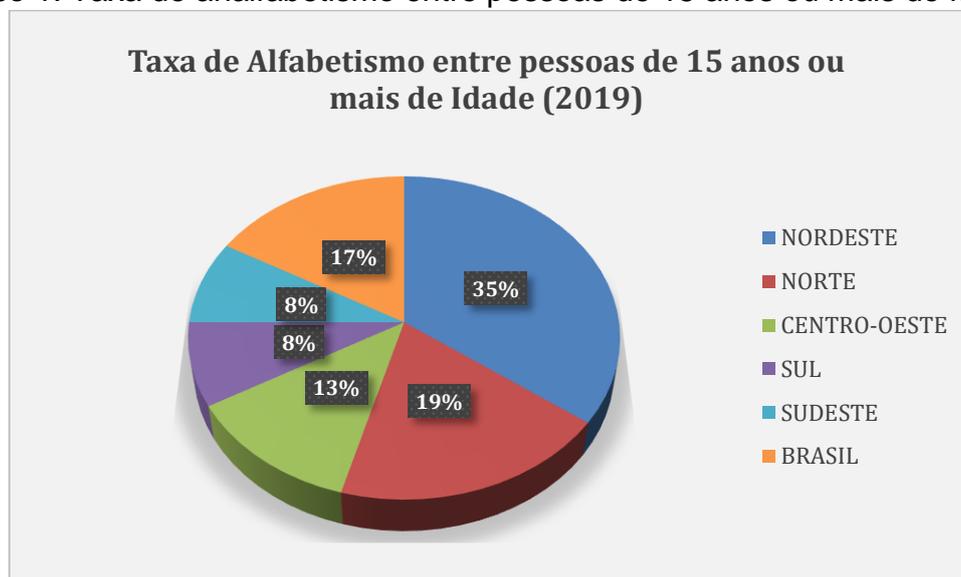
A escola possui múltiplos papéis a ela são atribuídos. Um dos papéis que merece destaque é o de ensinar e instruir as pessoas a se tornarem cidadãos livres e autônomos para a sua vivência e autonomia na sociedade, mas como podemos observar ao longo da história da educação brasileira em muitos momentos a escola esteve a serviço da reprodução do modo como a sociedade está organizada (BORDIEU, PASSERON, 1970).

Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2019) apontam que a taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade foi estimada em 6,6% (11 milhões de analfabetos), sendo que a Região Nordeste apresentou a maior taxa de analfabetismo (13,9%). Isto representa uma taxa aproximadamente, quatro vezes maior do que as taxas estimadas para as Regiões Sudeste e Sul (ambas com 3,3%). Na Região Norte essa taxa foi 7,6 % e no Centro-Oeste, 4,9%. Tais dados indicam que as oportunidades de formação educacional são discrepantes de acordo com a região e possui interferência direta com as condições sociais e econômicas e está relacionada a ausência de políticas efetivas para determinados grupos étnicos.

A taxa de analfabetismo para os homens de 15 anos ou mais de idade foi 6,9% e para as mulheres, 6,3%. Para as pessoas pretas ou pardas (8,9%), a

taxa de analfabetismo foi mais que o dobro da observada entre as pessoas brancas (3,6%).

Gráfico 1: Taxa de analfabetismo entre pessoas de 15 anos ou mais de idade



Fonte: IBGE, 2019.

De acordo com o PNAD Contínua 2019 (IBGE, 2019), "no Brasil, a proporção de pessoas de 25 anos ou mais de idade que finalizaram a educação básica obrigatória, ou seja, concluíram, no mínimo, o ensino médio, passou de 47,4%, em 2018, para 48,8%, em 2019". (IBGE, 2019)

Os dados apontaram, ainda, que "de 25 anos ou mais de idade estava concentrada nos níveis de instrução até o ensino fundamental completo ou equivalente; 27,4% tinham o ensino médio completo ou equivalente; e 17,4%, o superior completo". (IBGE, 2019)

Na população brasileira com 25 ou mais anos, os índices de conclusão do Ensino Fundamental, Ensino Médio e Educação Superior são muito baixos, o que retrata a falta de compromisso das políticas públicas para a Educação Básica, uma vez que não contempla a todos.

Apesar do Ensino Fundamental e Médio serem obrigatório no Brasil, estudos do IBGE apontam que "O nível de instrução foi estimado para as pessoas de 25 anos ou mais de idade, pois pertencem a um grupo etário que já poderia ter concluído o seu processo regular de escolarização." (IBGE, 2019)

Para Arroyo (2005, p.29) os alunos da Educação de Jovens e Adultos “são os mesmos: pobres, desempregados, na economia informal, negros, nos limites da sobrevivência.” Não se trata apenas de promover o acesso ao conhecimento, mas de romper com a exclusão social gerada pela falta do conhecimento.

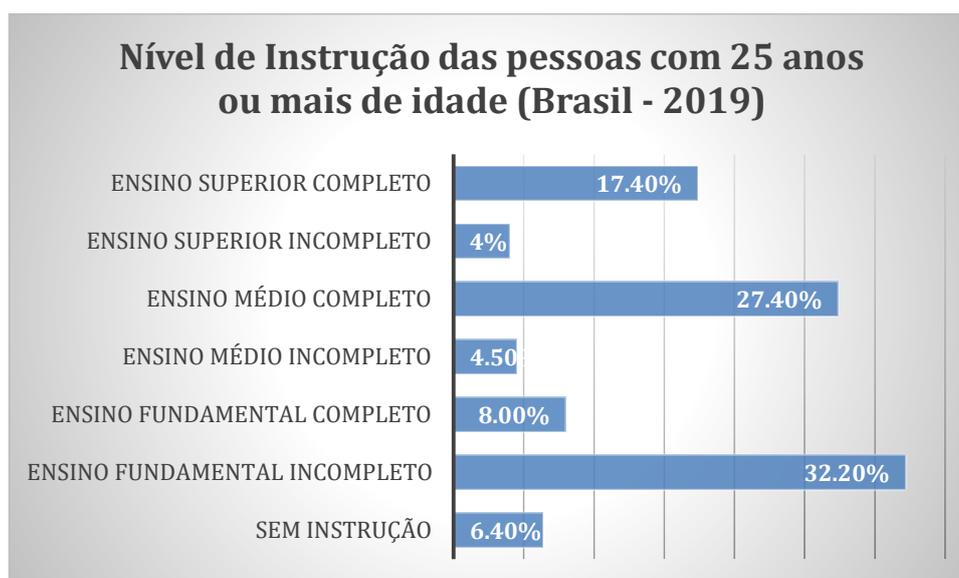
A expectativa de superação do analfabetismo e suas mazelas no Brasil é recorrente há muitos anos. Em todos os Planos Nacional da Educação a diminuição do analfabetismo é estabelecida como meta a ser superada, mas esse é um dilema que ainda se faz presente na sociedade brasileira, especialmente em classes sociais menos favorecidas economicamente.

A oferta da educação de jovens e adultos, na esfera governamental, sempre esteve atrelado à perspectiva assistencialista e compensatória, em que os sujeitos excluídos do processo escolar na idade dita “regular” retornariam a escola para ser alfabetizado e incluído no mercado de trabalho. (SOUZA et.al. 2013, p.4).

A condição dos analfabetos jovens e adultos na sociedade atual brasileira é de dependência e vergonha, como afirma Paulo Freire:

Aceitando-se os analfabetos como homens e mulheres à margem da sociedade, sem compreendê-los como classe dominada, termina-se por tomá-los como homens e mulheres “enfermos” para quem o “remédio” seria a alfabetização que permitiria seu regresso à estrutura “saudável” de que se encontram separados. (FREIRE, 1981, p. 39)

Gráfico 2: Nível de Instrução das pessoas com 25 anos ou mais de idade



Fonte: IBGE, 2019.

Através desses dados podemos observar o quanto a educação no país ainda é precária e não abrange todas as camadas sociais, visto que há a marginalização dos indivíduos por cor, sexo e região.

Nesse sentido vimos que a escolarização para as classes menos favorecidas não é e nunca foi vista como prioridade, sempre foram levadas com descaso e investimentos insuficientes na educação dessa população vindo a colaborar com estratégias alheias a condição humana em que

[...] o opressor sabe muito bem que esta “inserção crítica” das massas oprimidas, na realidade opressora, em nada pode a ele interessar. O que lhe interessa, pelo contrário, é a permanência delas em seu estado de “imersão” em que, de modo geral, se encontram impotentes em face da realidade opressora, como “situação limite” que lhes parece intransponível. (FREIRE, 2013, p.42).

Diante de todas essas perspectivas vividas no país, vimos que a alfabetização e o letramento é um dos caminhos para se ter autonomia e liberdade como ser humano. Entender o sistema em que se vive e acompanhar esse mundo que a cada dia possui maneiras mais avançadas de comunicação e interação social tem se tornado um obstáculo para quem não é alfabetizado atualmente.

No contexto atual, o grande desafio das escolas, dos educadores e da sociedade civil é a exclusão digital ou o analfabetismo digital. Se as pessoas que estão à frente desse processo não compreendem o que é necessário e o que não é necessário fazer, podem inibir o desenvolvimento de nossas instituições de ensino ou mergulhá-las no envelhecimento prematuro. Não precisamos ir muito longe para saber o que acontece, basta refletirmos sobre a situação atual de nossas escolas públicas. (COSCARELLI, RIBEIRO, 2011)

Apontamos a precariedade do Estado que não consegue alfabetizar a todos os cidadãos brasileiros e indicamos a lacuna do letramento digital como mais uma problemática que torna ainda mais distante a possibilidade de inclusão social dos sujeitos.

3. Letramento digital e inclusão social na Educação de Jovens e Adultos

Buzato (2003) conceitua letramento digital como "o conjunto de conhecimentos que permite às pessoas participarem nas práticas letradas mediadas por computadores e outros dispositivos eletrônicos no mundo contemporâneo"

Letramento digital é a capacidade de desenvolver habilidades digitais que ajudam o indivíduo a formar o pensamento crítico o tornando consciente do mundo que o rodeia. Com a virada do século a sociedade está cada vez mais imersa na tecnologia. Tudo hoje em dia é relacionado a tecnologia e, não estar ligado nessa realidade virtual faz com que as pessoas se tornem mais obsoletas ao novo mundo.

Qual seria o papel da Educação de Jovens e Adultos neste contexto de lacunas no acesso digital? Alfabetizar letrando como propõe Soares (2017) contempla extrapolar o alfabetizar e o letrar utilizando as ferramentas digitais para o processo de aprendizagem e utilizando o acesso as tecnologias como acesso à cultura e a disseminação de sua própria cultura. Tal postura contribuiria para diminuir a desigualdade no acesso a meios de comunicação digital.

Araújo (2016, p. 426) defende que

somente um ensino pautado no desenvolvimento dos diversos letramentos e não somente no letramento tradicional, o que é comum na educação brasileira, pode permitir que a educação saia dos muros das instituições e perceba o processo ensino-aprendizagem como algo para a vida, o que é uma demanda do mundo globalizado. (ARAÚJO, 2016, p. 426)

Na formação do jovem e adulto para o mundo digital, somente a alfabetização não basta, é necessário prepará-los para o mundo moderno e ajudá-los a construir um conjunto de habilidades que irá facilitar sua vida em uma sociedade moderna.

O aluno letrado digitalmente é capaz de desenvolver o crítico e lógico, saber refletir, criticar e encontrar possíveis soluções para as problemáticas que

estão envolvidos, aprende a ter autonomia sabendo o que e onde pesquisar, passa a ser um aluno mais motivado a estudar, pois já sabe onde encontrar informações que o ajudam nos estudos.

O letramento digital não é só capaz de ajudar o aluno a ler escrever, mas também a ler códigos verbais e não verbais como desenhos e imagens e saber interpretar imagens ajudando a explorar linguagens que antes eram desconhecidas, fazendo com que isso abra sua mente para novos conteúdos provocando no jovem ou adulto estímulos diversos no uso dessa nova tecnologia fazendo-o ver o mundo de outras formas.

Para Levy (1999), as tecnologias são concebidas como “produtos de uma sociedade e de uma cultura”, ou seja, a tecnologia é uma construção coletiva, que passou a compor a sociedade como elemento valioso de mediação na comunicação e de procedimentos em geral. Embora seja uma construção coletiva não é democrática, pois esbarra na falta de acesso a esse tipo de conhecimento para todos.

O letramento digital tem se tornado cada vez mais importante na vida do ser humano, visto que a sociedade está cada vez mais atualizada e desenvolvida, quem não tem acesso a esse conhecimento acaba ficando em desvantagem. De acordo com Neto (2020) “[...] estar conectado e alfabetizado digitalmente é ser incluído nos constructos sociais do século XXI” ainda que “[...] ser alfabetizado digitalmente é ter a capacidade de utilizar tecnicamente as ferramentas digitais com agilidade, e ao mesmo tempo, ser consciente das regras de comunicação em ambientes digitais.”

O cidadão que se dispõe a fazer parte dessa realidade precisa adquirir algumas habilidades para a utilização dessas ferramentas, é necessário aprender a ter um olhar crítico e consciente em relação aos usos corretos desse conjunto de componentes tecnológicos. Na internet circulam notícias com muita rapidez e é necessário filtrá-las de forma correta para não cair nas famosas “*fake news*” e golpes virtuais que cada dia estão mais reais e presentes na vida dos indivíduos.

No contexto deste estudo, seria uma utopia defender que o acesso a tecnologia seria a solução para tudo. Levy (1999, p. 23) afirma que pensar em “uma disponibilidade total das técnicas e de seu potencial para indivíduos ou

coletivos supostamente livres, esclarecidos e racionais seria nutrir-se de ilusões”.

No contexto de construção social e histórica o acesso ao conhecimento foi culturalmente concebido como privilégio e não direito e, mesmo mais recentemente, com o direito estabelecido na legislação há distinções na qualidade da formação ofertada, mas uma atuação social crítica não concebe o modelo educacional vigente como ideal e tampouco permanece no campo das ilusões e do ideal, mas entende que há a necessidades de ofertas educacionais que minimizem as desigualdades e injustiças praticadas historicamente, e que promovem um fosso entre os sujeitos distinguindo quem possui o conhecimento e quem não possui os conhecimentos necessários para conviver com dignidade na sociedade atual.

Em relação ao conhecimento e acesso as tecnologias digitais o PNAD Contínua (2019) apontou que 17,3% dos domicílios no Brasil não têm internet e justificam a falta do serviço em razão de falta interesse em acessar a Internet (32,9%) ou o serviço de acesso à Internet é caro (26,2%) ou nenhum morador sabe usar a Internet (25,7%). Destaca-se a resistência no uso que pode ser decorrente de fatores como marginalidade econômica e marginalidade na formação.

Há décadas a sociedade brasileira tem se organizado no sentido de estabelecer a língua escrita e os recursos tecnológicos como mediadores na comunicação dos direitos e no acesso a bens e serviços públicos e privados. Não ser alfabetizado e não ser letrado digitalmente são impeditivos do exercício da cidadania com autonomia na sociedade atual, ou seja, a ausência de formação contribui para o desconhecimento de direitos e deveres sociais constituindo-se como barreira para compreensão da dinâmica do funcionamento social e sua atuação nesse contexto.

Levy (1999) define que

As tecnologias digitais surgiram (...) como a infraestrutura do ciberespaço, novo espaço de comunicação, de sociabilidade, de organização e de transação, mas também novo mercado da informação e do conhecimento.

Não conhecer as novas formas de comunicação é ter uma capacidade cerceada de atuação em sociedade. Muitos jovens e adultos não sabem escrever e nem ler o próprio nome e por isso não conseguem acompanhar o mundo de hoje, não conseguem fazer atividades do dia a dia como se locomover por meio de transporte público, ler o número da senha em filas de espera, retirar dinheiro em caixas eletrônicos, ler documentos, e até mesmo acompanhar o resultado de algum exame médico, pedido de benefícios, entre outros. Esses são exemplos simples que comprometem a autonomia do sujeito e a vida em sociedade torna-se um desafio e denuncia a existência de predeterminações da atuação e submissão desse indivíduo na sociedade em razão da falta de acesso ao conhecimento sobre a tecnologia.

Romper com o modelo excludente de organização da sociedade e promover a liberdade é urgente. Freire (1967,p.15) defende uma pedagogia da liberdade para a conscientização e “abertura à compreensão das estruturas sociais como modos da dominação e da violência”, a partir dessa compreensão o autor propõe, ainda, que o processo de alfabetização ocorra nos círculos de cultura, pois os sujeitos que assim são formados são mais exigentes e tendem a ver mais claro a distância entre as promessas feitas ao povo e suas realizações efetivas e, ainda, identifica as intenções das proposições não se conformando com elas, mas migrando da “Educação” de homem-objeto para a educação para o homem-sujeito” (FREIRE, 1967, p.36).

Sasaki (2002, p.41) define a inclusão social como “um processo bilateral no qual as pessoas, ainda excluídas, e a sociedade buscam, em parceria, equacionar problemas, decidir sobre soluções e efetivar a equiparação de oportunidades para todos” (2002, p.41). Trata-se, não somente de um esforço pessoal do excluído, mas demanda a proposição de políticas públicas e da participação da sociedade para viabilizar a inclusão.

Ao discutir a temática da inclusão é importante analisar que “a vivência real da exclusão é constituída por uma multiplicidade de dolorosas experiências cotidianas de privações, de limitações, de anulações e, também, de inclusões enganadoras” (MARTINS, 2002, p.20)

Para Martins (2002, p.18)

a exclusão moderna é um problema social porque abrange a todos: a uns porque os priva do básico para viver com dignidade, como cidadãos; a outros porque lhes impõe o terror da incerteza quanto ao próprio destino e ao destino dos filhos e dos próximos.

A formação escolar tem o seu papel na manutenção da exclusão do sujeito ou na sua inclusão social. A inclusão social nesse contexto se processa por meio de intencionalidade na promoção do processo educativo. A alfabetização é uma das maneiras de inclusão do sujeito na sociedade letrada e precisa extrapolar o ensino de códigos.

Segundo Soares (2017, p.16) alfabetizar é levar o aluno “à aquisição do alfabeto [...] ensinar o código da leitura e escrita, ensinar as habilidades de ler e escrever” é o processo de aquisição do código linguístico. Soares (2017, p.30) define, ainda, que o letramento consiste em “práticas sociais de leitura e de escrita mais avançadas e complexas”. O ato de ser alfabetizado é um salto para a autonomia do ser humano. Ensinar as habilidades de ler e escrever em um contexto social é incluir os conhecimentos tecnológicos.

Ser alfabetizado e letrado pode lhe conferir o protagonismo nas atuações sociais. O indivíduo alfabetizado e letrado tem ampliadas as possibilidades de acesso a comunicação e serviços por meio da tecnologia, mas não é um conhecimento que automatiza a inserção na cultura digital. Desse modo, compreende-se neste estudo que não é suficiente alfabetizar ou letrar os jovens e adultos, pois ainda assim permaneceriam excluídos do processo de letramento digital, que possui características peculiares nos modos de como lidar com a cultura letrada em ferramentas digitais. Trata-se de promover a consciência dos sujeitos jovens e adultos para promoverem os acessos aos conhecimentos da cultura digital para que sejam incluídos socialmente de acordo com as atuais demandas de comunicação e atuação social.

Nessas sociedades, governadas pelos interesses de grupos, classes e nações dominantes, a “educação como prática da liberdade” postula, necessariamente, uma “pedagogia do oprimido”. Não pedagogia para ele, mas dele. Os caminhos da liberação são os do oprimido que se libera: ele não é coisa que se resgata, é sujeito que se deve autoconfigurar responsabilmente. (FREIRE, 2011, p.11)

Para Goulart (2014, p.47)

o alargamento da inserção no mundo se dá pela ampliação da comunicação da vida cotidiana, no processo de acesso às esferas superiores de conhecimento, indo além dos fatores biológicos e biográficos. Os processos de alfabetizar e alfabetizar-se não podem perder o vínculo de pertencimento a estas esferas. A questão da (im)pertinência do conceito de letramento relaciona-se à participação dos sujeitos nas esferas superiores de enunciação, extrapolando a trivial participação em práticas sociais de leitura e escrita. Esta participação deve envolver um sentido de liberdade e de autonomia que possibilitaria aos sujeitos a sua sucessiva integração e aprofundamento na vida social, tornando-os mais livres e criativos para reinventar continuamente gêneros e linguagens sociais. (GOULART, 2014, p.47)

Não é suficiente consumir a cultura disseminada socialmente nas mídias digitais, é fundamental transformar, abdicar do que julgar desnecessário e produzir cultura com as ferramentas digitais que lhe for conveniente, assim o jovem ou adulto seria um sujeito ativo em sociedade e poderia participar do processo de apreciar, depreciar, ser apreciado ou depreciado no mundo da comunicação. O sujeito passa a conhecer como disseminar sua cultura, valores, comparar aos de outros e construir o conceito de diversidade cultural contidas nas diversas produções em ambientes virtuais.

Um professor bem capacitado e capaz de dominar essas novas ferramentas é primordial para o desenvolvimento desses alunos. Não basta saber, é necessário saber trabalhar esse conhecimento com os alunos e convencê-los sobre a importância das novas tecnologias na sociedade. A escola também tem um papel importante nesses ensinamentos professor e escola pode colaborar para ajudar esse aluno nessas novas descobertas.

Para isso são necessários melhorias públicas no ensino da Educação de Jovens e Adultos, investimentos em ferramentas adequadas e investimento na formação de professores.

O uso dessas tecnologias nos ajuda a sair do modelo tradicional de ensino e aprendizagem e nos ensina a ler e aprender com as novas ferramentas como *smartphones*, *tablets*, *notebooks* entre outros.

No contexto da Educação de Jovens e Adultos e o uso de recursos tecnológicos como mediação da comunicação, algumas práticas pedagógicas são assertivas como: enviar mensagens por meio eletrônico, fazer comunicados em redes sociais, escrever em um *blog*, fazer *vlogs*, produzir vídeos.

[...] cada situação de aprendizagem requer uma estratégia diferente, e o computador pode ser útil em várias dessas ocasiões, bastando para isso que o professor planeje atividades, mais dirigidas ou menos, conforme o momento. (COSCARELLI, 2011, p. 27).

É importante destacar que a representação ou simulações de trabalhos com tecnologias fora do contexto real é uma ilusão que mascara a possibilidade de uma interação efetiva com a tecnologia e contribui para a exclusão social, visto que as necessidades de conhecimento para atuar socialmente são reais.

4. Materiais, métodos e análises

As ações realizadas no período de estudo foram estabelecidas de acordo com cronogramas a partir de leituras dos temas relacionados aos objetos de estudo. Além das leituras foram realizadas discussões sobre os textos lidos, exercício de escrita textual a partir das leituras, reescrita em conjunto, orientações sobre as normas científicas entre outros.

A investigação possui um caráter teórico-conceitual, de cunho qualitativo, e faz uso da pesquisa bibliográfica na recuperação de conceitos. Gil (2008, p.50) define que “a pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos.”

Não foi necessária a apresentação do propósito da investigação científica ao Comitê de Ética na Pesquisa, tendo em vista o caráter bibliográfico e teórico do estudo.

A partir das leituras e encontros para orientações, gradativamente foram sendo elucidadas o que, até então, apresentara-se como obscuro sobre a temática. O estudo foi acontecendo por etapas e, como havia a urgência em reafirmar a importância da Educação de Jovens e Adultos com a defesa da formação tecnológica nesta oferta como condição para a possibilidade de inclusão social, buscou-se esclarecer o estudo a partir desta relação da inserção

da tecnologia na Educação de Jovens e Adultos. Nesta etapa foi abordado e investigado o conceito de letramento digital.

Posteriormente surgiu a necessidade de compreender como foi construída a história da Educação de Jovens e Adultos no Brasil e diante dessa necessidade foi realizado um breve resgate histórico dessa modalidade de ensino, assim como a recuperação das legislações que traziam determinações sobre o funcionamento da educação de jovens e adultos.

Foram feitos levantamentos bibliográficos no *Brasil Scientific Electronic Library Online* – Scielo, com os termos de busca letramento digital, inclusão social. Foi realizado um levantamento bibliográfico na Biblioteca Virtual com o tema de busca letramento digital e educação de jovens e adultos, além desses levantamentos já havia uma escolha prévia das obras de Paulo Freire (2011, 2013, 1979), Saviani (1999) e posteriormente de Adorno (1995), que constituíram o cerne do estudo para o desvendamento para além da aparente estrutura social estabelecida.

O descarte ou a escolha para leitura dos textos estavam pautados no critério de alinhamento com a temática e problemática do estudo. A leitura dos resumos norteou esse processo apontando o que seria lido e o que não contribuiria com o estudo.

Após os levantamentos bibliográficos iniciaram-se as análises das categorias pré-estabelecidas para a investigação: marginalização, autonomia, liberdade e emancipação. A análise das categorias teve o intuito de elucidar a educação de jovens e adultos no contexto do funcionamento da sociedade atual e observar os prejuízos e limitações da legislação, que trata dessa modalidade, tendo em vista que os discursos legais diferem muito da oferta real.

O método materialista histórico-dialético foi adotado para discutir os aspectos contraditórios da formação ofertada na educação de jovens e adultos e os conhecimentos exigidos socialmente. A escolha do método deve-se a um viés humanista e social que envolve a temática. O método materialista histórico-dialético “propõe a análise da crise na base produtiva da sociedade (...) não parte do ponto de vista da neutralidade e sim da luta de classes” (2010, p.5) para compreender o funcionamento da sociedade.

O uso do método faz o uso da dialética com as práticas de refutação e argumentação diante das contradições na política minimalista proposta e os conhecimentos necessários para conviver em sociedade. Por meio desse método foi possível constatar que tanto a inclusão social moderada como a exclusão social fazem parte da dinâmica de funcionamento da sociedade. O que gera indignação com o fato do acesso ao conhecimento constituir-se como privilégio e não como direito de todos os cidadãos.

4.1. Categorias de análise

Saviani (2008, p.4) defende que ter acesso ou não a educação é um fator de exclusão ou inclusão, mas ter acesso à educação nem sempre se constitui como uma inclusão real, pois nem sempre a educação ofertada torna o sujeito autônomo, crítico e consciente, ou seja, que do mesmo modo como a educação pode promover transformações esta pode, também, reproduzir uma sociedade desigual e excludente quando não oferece todas as ferramentas e conhecimentos necessários para a atuação do indivíduo na sociedade.

[...] a educação, longe de ser um instrumento de superação da marginalidade, se converte num fator de marginalização já que sua forma específica de reproduzir a marginalidade social é a produção da marginalidade cultural e, especificamente escolar (SAVIANI, 1999, p.16).

Para esclarecer essa polarização de teoria educacionais, Saviani (1999, p.16) divide as teorias educacionais em:

[...] primeiro, temos aquelas teorias que entendem ser a educação um instrumento de equalização social, portanto, de superação da marginalidade. No segundo, estão as teorias que entendem ser a educação um instrumento de discriminação social, logo, um fator de marginalização [...]

Sendo assim, a educação pode possuir duas faces. De um lado, serve como instrumento de autonomia e libertação para uma minoria que possui

autopoder aquisitivo e do outro lado tem a população que fica a margem e alienada do sistema, sem perspectivas de autonomia e liberdade.

No contexto da oferta educacional um exemplo claro pode ser representado quando o sujeito alfabetizado não tem a compreensão e leitura de mundo. É preciso ter ambas as habilidades para entender a realidade que nos cerca, pois somente a alfabetização limitaria a inserção social do sujeito, compactuando com o fato da educação ser “um instrumento de discriminação social, logo, um fator de marginalização.” (SAVIANI, 1999, p.15).

O fosso torna-se maior quando o letramento não envolve o letramento digital. A cultura letrada relacionada aos recursos tecnológicos faz parte da vivência de grande parte da população, desse modo, podemos afirmar que se a educação ofertada aos jovens e adultos não contempla o letramento digital, levamos a compreender que, apesar dos ganhos, a educação continua a contribuir para a marginalidade, visto que os desafios na atual sociedade demandam conhecimentos sobre a tecnologia e os seus diversos usos sociais.

No modelo de produção capitalista “[...] a marginalidade é entendida como um fenômeno inerente à própria estrutura da sociedade.” (SAVIANI, 1999, p.16), a formação educacional para a liberdade e transformação dos sujeitos não deve compactuar com esse tipo de organização da sociedade, é fundamental que seja instigada a criticidade sobre o funcionamento da sociedade a fim de fazer o sujeito indignar-se com o fato de ser explorado e ter menos qualidade de vida.

Para que os alunos jovens e adultos passem pelo processo de emancipação e adquiram o pensamento autônomo é necessário problematizar as percepções cristalizadas em suas vivências diárias. A ausência do conhecimento leva esse sujeito a se tornar alienado a um sistema que o impõe a pensar e a aceitar determinadas ideologias estereotipadas.

A alienação interfere na vida escolar e no processo de alfabetização do jovem e adulto. Os educandos jovens e adultos precisam adquirir conhecimentos necessários para saber utilizar os recursos digitais em seu próprio benefício e a partir disso interagir socialmente e perceber as necessidades de mudanças.

Em relação ao modo como a sociedade está organizada economicamente Adorno (1995, p.43) aponta que

A ordem econômica e, seguindo seu modelo, em grande parte também a organização econômica, continuam obrigando a maioria das pessoas a depender de situações dadas em relação às quais são impotentes, bem como a se manter numa situação de não emancipação. Se as pessoas querem viver, nada lhes resta senão se adaptar à situação existente, se conformar; precisam abrir mão daquela subjetividade autônoma a que remete a ideia de democracia; conseguem sobreviver apenas na medida em que abdicam seu próprio eu.

A emancipação não é um processo espontâneo e natural, esta deve ser planejada, desejada. A emancipação está relacionada a resistir o modelo padrão de sociedade conforme aponta Ripa (2008, p.7)

[...] a ideia de emancipação precisa estar presente no pensamento e na prática educacional, considerando-se a influência da ideologia dominante que supera a educação tentar encobrir a consciência do que realmente existe, ultrapassando a adaptação ao existente para fortalecer a resistência.

Para que a resistência e superação do modelo de sociedade aconteça é necessário que

A influência da ideologia dominante precisa ser percebida, pois trava o processo educativo ao tentar encobrir a consciência do que realmente existe. O esforço para tentar moldar os indivíduos necessita ser destinado para a possibilidade de se desenvolver a reflexão crítica, a criatividade, a ousadia e a resistência. (RIPA, 2008, p.13)

Em um contexto de defesa da tecnologia como ferramenta capaz de promover a autonomia e inclusão dos sujeitos na sociedade é necessário refletir que esse processo deve ser conduzido. Ripa (2008, p.13) por meio de Adorno afirma que:

[...] para que a dimensão de emancipação da cultura possa ser resgatada, torna-se necessária a retomada coletiva do exercício da auto-reflexão crítica, capaz de resgatar a autonomia, a reflexão, a suspeita, a criatividade, a capacidade de percepção e intelectualidade. (RIPA, 2008, p.13)

Para Freire (1987, p.1) “A prática da liberdade só encontra a adequada expressão numa pedagogia em que o oprimido tenha condições de, reflexivamente, descobrir-se e conquistar-se como sujeito de sua própria

destinação histórica”, para isso é necessário que o sujeito domine conhecimentos básicos a fim de transformar a sua atuação em sociedade. Para que o sujeito seja protagonista na sociedade não basta que este seja escolarizado, mas este deve conhecer com profundidade a estrutura social e o seu funcionamento para analisar as possibilidades de atuação e transformação social.

Um dos elementos extremamente disseminado na sociedade atual são os domínios tecnológicos, que não é uma realidade para todos. Freire (2013, p.164) defende que “ciência e tecnologia, na sociedade revolucionária, devem estar a serviço de sua libertação permanente, de sua humanização”. Os conhecimentos sobre tecnologia podem estar voltados tanto para a formação para ampliação da exploração do sujeito por meio do trabalho, alimentando a ambição na obtenção de lucro.

Freire (2013, p.49) ressalta, ainda, que é importante analisar quando o uso da tecnologia ocorre para fins de opressão, pois por meio do uso da tecnologia pode haver uma “força indiscutível de manutenção da “ordem” opressora, com a qual manipulam e esmagam” os sujeitos. Os oprimidos passam a ser analisados como objetos, como quase “coisas”, como números, uma racionalidade que não preza pela humanização (FREIRE, 2013, p.140).

Por outro lado, dominar conhecimentos sobre tecnologia possibilita ser beneficiado com a agilidade de acesso a bens e serviços, incluindo os públicos, por meio dos recursos tecnológicos, no entanto essa conquista não alcança a todos os cidadãos, tendo em vista que nem todos têm as ferramentas tecnológicas ou os conhecimentos tecnológicos necessários para essa interação e usufruto.

Compreende-se neste estudo que a apropriação dos conhecimentos tecnológicos dos alunos jovens e adultos promove entre outros a libertação do sujeito e a sua autonomia.

Freire (2015, p.51) discute a “difícil passagem ou caminhada da heteronomia para a autonomia”, ou seja, tornar-se um sujeito autônomo, não é algo automático ou espontâneo, é necessária uma intencionalidade no ato de educar. O professor precisa estar preparado para construir junto com o aluno um percurso de aprendizagem que promova a autonomia. Segundo Freire (1981,

p.39) o papel do professor pode se constituir como auxiliador ou perturbador do aluno promovendo a ruptura, ou não, entre o ser heterônomo e autônomo.

Freire (1981, p.44) discorre que é por meio da autonomia “que a liberdade vai preenchendo o “espaço” antes “habitado” por sua dependência. Sua autonomia que se funda na responsabilidade que vai sendo assumida”, ou seja, o sujeito passa a ser autônomo gradativamente no exercício da autonomia.

“A autonomia vai se constituindo na experiência de várias, inúmeras decisões, que vão sendo tomadas” (FREIRE, 2013, p.21). No contexto deste estudo cabe ao professor permitir que o aluno interaja e faça o uso das tecnologias de modo a construir a sua autonomia digital, não sendo possível o seu letramento em uma perspectiva tradicional.

Freire (2011, p.47) orienta que a autonomia deve ser construída com base “em experiências estimuladoras da decisão e da responsabilidade”. A escola e o professor têm papel fundamental na formação do aluno devendo assumir a responsabilidade de aprimorar seus conhecimentos e comprometimento com uma formação integral e compromisso com a atuação social do estudante.

Freire (2011, p.12) aponta que “como professor não me é possível ajudar o educando a superar sua ignorância se não supero permanentemente a minha. Não posso ensinar o que não sei” (FREIRE, 2011, p.75). Um professor bem preparado e capaz de dominar essas novas ferramentas é primordial para o desenvolvimento desses alunos. Não basta saber, é necessário saber trabalhar esse conhecimento com os alunos e convencê-los sobre a importância das novas tecnologias na sociedade. A escola também tem um papel importante nesses ensinamentos, professor e escola precisam atuar colaborativamente para ajudar esse aluno nessas novas descobertas.

Kleiman (1995, p.47) aponta que o letramento pleno depende “dos próprios pressupostos que subjazem ao modelo de letramento escolar”, não se trata de uma escolha pessoal do professor, mas há cenários que direcionam a práticas e respaldos teóricos mediados pelas políticas educacionais adotadas.

Para isso são necessários melhorias públicas no ensino da Educação de Jovens e Adultos, investimentos em ferramentas adequadas para uso e investimento na formação inicial e continuada de professores.

O uso dessas tecnologias nos ajuda a sair do tradicional e nos ensinam a ler e aprender com as novas ferramentas como *smartphones*, *tablets* e *notebooks*. Além disso o letramento digital trás qualidade de vida tanto para os alunos quanto para professores, escolas e a sociedade em geral. É importante ressaltar que as tecnologias não se constituem como solução para todos os problemas educacionais, no entanto a falta desse conhecimento gera novos problemas e impasses aos sujeitos.

Letrar digitalmente envolve muitas ações, entre elas estimular “a curiosidade crítica nos educandos, o gosto da aventura” (FREIRE, 2011, p.21), permite que o aluno ouse nas tomadas de decisões para aprendizagem da autonomia. No atual contexto da cultura digital faz-se necessário instigar o aluno jovem e adulto ao interesse e desenvolvimento do pensamento computacional para poder atuar com igualdade de condições na sociedade.

Na obra *Ação Cultural para a liberdade* (FREIRE, 1981), a educação é concebida como prática da liberdade, sendo a cultura a instigadora do acesso aos conhecimentos. Usaremos o conceito de Freire (1981, p. 23) sobre a liberdade “concebida como o modo de ser o destino do Homem (...) que só pode ter sentido na história que os homens vivem”. Desse modo consumir uma cultura letrada ou digital alheia a suas vivências e necessidades não é o caminho para chegar ao destino, a liberdade.

Na sociedade atual obter o acesso à cultura letrada e digital, promove a liberdade do sujeito permitindo que este evolua da situação de ingênuo para crítico, rompendo com estruturas sociais coniventes com a desigualdade no acesso ao conhecimento e a produção de conhecimento.

Para Goulart (2014, p.47)

o alargamento da inserção no mundo se dá pela ampliação da comunicação da vida cotidiana, no processo de acesso às esferas superiores de conhecimento, indo além dos fatores biológicos e biográficos. Os processos de alfabetizar e alfabetizar-se não podem perder o vínculo de pertencimento a estas esferas. A questão da (im) pertinência do conceito de letramento relaciona-se à participação dos sujeitos nas esferas superiores de enunciação, extrapolando a trivial participação em práticas sociais de leitura e escrita. Esta participação deve envolver um sentido de liberdade e de autonomia que possibilitaria aos sujeitos a sua sucessiva integração e aprofundamento na vida social, tornando-os mais livres e criativos para reinventar continuamente gêneros e linguagens sociais. (GOULART, 2014, p.47)

Wellfort (FREIRE, 1967, p.5) destaca que de nenhum modo o conhecimento deve limitar-se à alfabetização sendo essa uma das oportunidades, entre outras, para acesso ao conhecimento.

Uma das soluções para a inclusão social é a alfabetização, pois permite que os sujeitos se apropriem da forma escrita de comunicação tão usual na sociedade atual possibilitando a ampliação das interações sociais e da qualidade de vida, mas não somente a alfabetização para atender as demandas do mercado de trabalho, faz-se necessário a formação que promova a reflexão do sujeito sobre as suas condições e possibilidades de atuação nos diversos contextos que está inserido.

Há sujeitos inconscientes que sentem “dificultados em reconhecer a razão de ser dos fatos que os envolvem, é natural que muitos, entre eles, não estabeleçam a relação entre não “ter voz”, não “dizer a palavra”, e o sistema de exploração em que vivem” (FREIRE, 1981, p.41).

Delors (2003) por meio do relatório da UNESCO, estabelece os quatro pilares para a educação, sendo um deles ensinar o aluno a aprender. Dessa aprendizagem advém a autonomia para a realização de novas buscas pelo conhecimento.

Para Freire (1979, p.15)

O homem está no mundo e com o mundo. Se apenas estivesse no mundo não haveria transcendência nem se objetivaria a si mesmo. Mas como pode objetivar-se pode também distinguir entre um eu e um não eu. Isto o torna um ser capaz de relacionar-se; de sair de si, de projetar se nos outros de transcender. Pode distinguir órbitas existenciais distintas de si mesmo. (FREIRE, 1979, p.15)

O homem relaciona-se com a sociedade e constitui-se a partir desta relação, que envolve a necessidade de comunicação em diferentes suportes. A libertação consiste em contemplar o sujeito e sua cultura.

Uma sociedade justa dá oportunidade às massas para que tenham opções e não há opção que a elite tem, mas a própria a opção das massas a consciência criadora e comunicativa é democrática. (FREIRE, 1979, p.20).

O estudo aqui descrito não consegue registrar todas as experiências vivenciadas no período de sua realização, contudo contém apontamentos que destacam o que foi investigado e percebido com mais intensidade no percurso.

5. Resultados

Diante das leituras e análises realizadas no contexto do estudo, na busca por respostas à problemática: qual é a importância da alfabetização e letramento digital na educação de jovens e adultos e sua relação com o processo de inclusão social? É possível afirmar que: é indispensável ampliar o acesso a tecnologia dos alunos da educação dos Jovens e Adultos, visto que a tecnologia está cada dia mais presente na nossa realidade e sem o devido conhecimento dessas novas ferramentas o educando não obtém a liberdade e autonomia para se viver nessa nova realidade, tampouco poderá pensar na possibilidade de emancipação do modelo de funcionamento da sociedade e do seu papel social.

Para Freire (2013, p.8) “a ideia da liberdade só adquire plena significação quando comunga com a luta concreta dos homens por libertar-se” (FREIRE, 2013, p.8). A formação de jovens e adultos no contexto escolar tem um papel fundamental de promover a formação crítica que possibilite ao sujeito da Educação de Jovens e Adultos a analisar a sua condição social e as amarras impostas de modo a obstruir a possibilidade de emancipação.

A formação crítica prevê que a oferta educacional minimalista seja superada e que o aluno jovem e adulto desenvolva as habilidades de exigir os seus direitos. “Não pode acomodar-se passivamente diante do poder exacerbado de alguns que leva à desumanização de todos, inclusive dos poderosos. (FREIRE, 2013, p.50)

6. Discussão dos resultados

Em uma perspectiva crítica, as leituras e investigações realizadas apontam que, em relação a Educação de Jovens e Adultos, não há políticas públicas suficientes para a alfabetização dos alunos no ensino regular, confirmados pelos índices de analfabetismo que perduram, tampouco, para o letramento digital da Educação de Jovens e Adultos.

O fato de o Estado não conseguir oferecer uma formação mínima com qualidade aos alunos da Educação de Jovens e Adultos, não se constitui como argumento para conformar a sociedade no sentido de que se ele conseguir fazer o mínimo já está bom, esta situação não deve gerar conformismo ou pactuação com o Estado, mas deve motivar que essas e outras lutas por educação de qualidade sejam permanentes até que as mudanças neste modelo de funcionamento da sociedade sejam efetivadas.

A falta de acesso ao conhecimento e funcionamento da tecnologia no contexto escolar não é aleatória, uma vez que reflete a cultura disseminada socialmente de que nem todos precisam ter as mesmas oportunidades de formação, compactuando com a perpetuação da exploração da classe trabalhadora e marginalização de uma parte da população para promoção da competitividade entre os sujeitos e manter os anseios do capitalismo em fazer o mínimo e obter o máximo de retorno dos sujeitos em forma de lucro.

Este estudo tem esse papel de identificar que a exclusão não é eventual, mas faz parte do Estado Mínimo, que compactua com a permanência de uma sociedade desigual e é por meio da formação educacional que o desvendamento desse modelo político é conhecido e o sujeito passa a ter condições de não colaborar alienadamente com esse sistema, mas buscar a transformação social.

O uso da tecnologia na Educação de Jovens e Adultos não é a solução para todos os problemas desta modalidade de ensino, outros desafios permanecerão, mas a inclusão digital dos alunos da Educação de Jovens e Adultos não é uma opção, ou o aluno da Educação de Jovens e Adultos é incluído tecnologicamente ou a exclusão será ampliada, trazendo consequências

para gerações e formando sujeitos para a reprodução do atual modelo de organização social.

A omissão do Estado na oferta educacional à jovens e adultos faz com que muitos indivíduos nem consigam ser inseridos na formação escolar, e o desafio torna-se ainda maior para esses. Neste caso, não caberia somente a escola acolher essa necessidade de aprendizagem, mas criar outros espaços públicos que contribuam para o acesso e interação a cultura digital como condição para o exercício da cidadania.

O professor precisa ser o primeiro a aderir a ideia de que é fundamental o conhecimento sobre a tecnologia na Educação de Jovens e Adultos, caso este não compreenda essa importância muito pouco poderá ser realizado, ainda que haja os recursos tecnológicos necessários. Por outro lado, é importante destacar que não basta só o professor entender a importância da inserção da tecnologia nos processos de ensino aprendizagem, visto que tal inserção demanda investimentos em tecnologia.

Considerações Finais

A experiência em realizar este estudo permitiu o desenvolvimento da percepção sobre o fato de a educação brasileira ser ainda conservadora e não propor as inovações necessárias coerentes com as demandas reais de conhecimentos para atuação em sociedade. Foi possível perceber, ainda, que a oferta da Educação de Jovens e Adultos é precária e que não é admissível apenas pontuar a constatação, mas levar adiante a discussão sobre a temática para que mais pessoas se unam a essa causa e que a situação venha a ser minimizada ou superada.

O Estado estabelece normativas legais para a formação de estudantes que estão no fluxo educacional, os acessos à escolarização na modalidade de Educação de Jovens e Adultos são mais complexos, pois competem com outros desafios e o Estado permanece omissivo diante disso, estabelecendo o esforço individual como critério de sucesso ou insucesso do sujeito.

Os maiores desafios do Estado, como provedor da oferta educacional pública, consistem em preparar o professor da Educação de Jovens e Adultos para lidar com o uso efetivo da tecnologia em sala de aula por meio de cursos de capacitação, para isso emerge a necessidade de equipar o professor concedendo acesso ao docente para financiamento na compra de recursos tecnológicos, investimento em laboratórios de informática atualizados e prover as demais infraestruturas necessárias para um processo de ensino e aprendizagem com mais qualidade.

Com a realização da investigação torna-se perceptível que pesquisar a oferta educacional pelo Estado e as suas incongruências não deixa de ser um estudo-denúncia sobre uma oferta que se configura como incoerente entre o necessário e o ofertado.

Enfim, realizar a pesquisa proporcionou conhecer mais sobre técnicas de estudo, normas para registros acadêmicos, construção de referencial teórico e o desenvolvimento de uma pesquisa científica. Conhecer autores, suas obras e suas linhas de pensamento, trouxe enriquecimento para a formação acadêmica e ampliou o entendimento do funcionamento da educação brasileira, as políticas recorrentes ao longo da história e ajudou a compreender as disciplinas cursadas nos semestres.

Referências

ADORNO, T. W. **Educação e emancipação**. Tradução: Wolfgang Leo Maar. Rio de Janeiro, 3ª edição, Editora: Paz e Terra, 1995.

ALMEIDA, M L S. Sujeitos não alfabetizados: sujeitos de direitos, necessidades e desejos. In: SOARES L. (org.). **Aprendendo com a diferença: estudo e pesquisa em educação de jovens e adultos**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. p. 65-90.

ARAÚJO, J. C. Internet e ensino: novos gêneros, outros desafios. In: ARAÚJO, J. C. (Org.). **Internet e ensino: novos gêneros, outros desafios**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007. p. 15-17.

BRASIL. Constituição (1934) **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro, 1934. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao34.htm>

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos**. Parecer CNE 11/2000. Brasília, 2000.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei número 9394, 20 de dezembro de 1996.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **A reprodução**. Elementos para uma teoria do sistema de ensino. Lisboa, 1970.

Veja mais sobre "Educação e reprodução social" em: <https://brasilecola.uol.com.br/sociologia/educacao-reproducao-social.htm>

BUZATO, M. E. K. **Letramento digital abre portas para o conhecimento**. EducaRede. Entrevista por Olivia Rangel Joffily em 23/01/2003. Disponível em: www.educarede.org.br. Acesso em: 15 de maio 2022.

- COSCARELLI, Carla; RIBEIRO, Ana Elisa. **Letramento digital: aspectos sociais e possibilidades pedagógicas**. 3. ed. Belo Horizonte: Ceale: Autêntica, 2011.
- FREIRE, Paulo. **Educação como prática de liberdade**. 1.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**, São Paulo, Editora Paz e Terra, 2011.
- FREIRE, Paulo. **Ação Cultural para a Liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 1987.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**: Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.
- HADDAD, S.; DI PIERRO, M. C. Escolarização de jovens e adultos. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, n.14, p.108-130, maio/ago. 2000.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Conheça o Brasil – População**. 2019. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18317-educacao.html>
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Resumo técnico**. 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/centrais-de-conteudo/acervo-linha-editorial/publicacoes-institucionais/estatisticas-e-indicadores-educacionais/resumo-tecnico-2013-censo-da-educacao-basica-2019>
- LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Ed. 34, 1999.
- MARX, Karl. **O capital**. vol. 1 tomo 1 e 2, 2. ed. Tradução: Regis Barbosa e Flávio Kothe. São Paulo: Nova Cultural, 1984.
- NETO, R B. Letramento digital na Educação de Jovens e Adultos com a utilização de AVA: possibilidades de um aprendizado significativo. **Anais do CIET: EnPED: 2020 - (Congresso Internacional de Educação e Tecnologias | Encontro de Pesquisadores em Educação a Distância)**, São Carlos, ago. 2020. ISSN 2316-8722. Disponível em:

<<https://cietenped.ufscar.br/submissao/index.php/2020/article/view/1722>>.

Acesso em: 03 jul. 2022.

PRETTO, N. de L. **O desafio de educar na era digital**: educações. Revista Portuguesa De Educação, 24(1), 95–118, 2011.

RIPA, R. A concepção de educação emancipatória de Theodor W.

Adorno. **Revista Sul-Americana de Filosofia e Educação (RESAFE)**, [S. l.],

n. 10, p. 3–14, 2011. DOI: 10.26512/resafe.v0i10.4189. Disponível em:

<https://periodicos.unb.br/index.php/resafe/article/view/4189>.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política! 32. ed.- Campinas, SP: Autores Associados, 1999. - (Coleção polêmicas do nosso tempo; v.S)

SILVA, Renata Borges Leal da; COUTO JUNIOR, Dilton Ribeiro. INCLUSÃO DIGITAL NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA): PENSANDO A FORMAÇÃO DE PESSOAS DA TERCEIRA IDADE. **Revista Docência e Cibercultura**, [S.l.], v. 4, n. 1, p. 24-40, abr. 2020. ISSN 2594-9004. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/re-doc/article/view/46818>>.

Acesso em: 15 set. 2021.